

DEFESA DO MAGISTRADO

Amagis aciona CNJ e TJ por direitos dos juízes mineiros

Adriano Boaventura



Herbert Carneiro e deputados estaduais instalam Frente Parlamentar

Na defesa dos interesses dos magistrados, e em atendimento às suas reivindicações, a Amagis acionou, no dia 13 de junho, o TJ e o CNJ a fim de garantir o pagamento de direitos previstos em decisões e resoluções do próprio Conselho Nacional de Justiça e na Loman. No dia 6 de junho, foi instalada, na Assembleia, a Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça. •

Páginas 3 e 6

Amagis realiza assembleia em agosto
Página 5

Fundo aprovado destinará ao TJ R\$ 130 milhões
Página 8

Associação cobra projeto de segurança
Página 9

Aposentadoria: ação amplia os direitos
Página 11

Amagis Saúde altera estatuto e traz benefício
Página 24

RECONHECIMENTO

Aposentados recebem homenagem

Bruno Gontijo



Cerimônia enalteceu dedicação e trajetória dos aposentados

A dedicação e o trabalho em prol da Justiça e da paz social desenvolvidos pelos magistrados que se aposentaram em 2012 foram reconhecidos pela Amagis em homenagem realizada no dia 27 de junho. Ao todo, 28 magistrados foram agraciados com uma placa reverencial. •

Página 10

Judiciário e os novos tempos

HERBERT CARNEIRO*

Os excessos e o vandalismo de alguns poucos não podem, de forma alguma, comprometer nem reduzir a importância das manifestações cívicas de milhares que tomaram as ruas do país por mudanças. Os protestos são legítimos como expressão democrática de descontentamento com uma situação generalizada no Brasil. A Nação está despertando, e isso é necessário à retomada de consciência nacional em favor do futuro do País que já se faz presente... e urgente.

Todas as instituições, incluindo o Judiciário, devem estar conectadas com essa realidade e atender aos reclamos e reivindicações do cidadão, que tem dito, repetida e insistentemente, que não se vê mais representado por nenhuma delas. Ninguém está livre da cobrança nem deve ficar para trás.

Foram manifestações de um desabafo de quem se cansou de discursos e promessas que nunca se materializam em melhor qualidade de vida e dos serviços públicos. É imperioso que manifestemos nossa adesão aos apelos dos jovens e aos novos tempos, o tempo das respostas e das soluções aos problemas apresentados e, seguidamente, ignorados. De tão represadas, as demandas do passado se acumulam à da atualidade e sufocam a realidade presente. Não há mais razão, nem nos é dado o direito, para adiar as realizações com as quais estamos comprometidos.

O Judiciário, como os outros dois Poderes, e todas as outras instituições do País precisam acordar também, para refletir sobre seu papel e responsabilidade sociais. Não existimos por nós mesmos, temos uma razão de ser e os destinatários finais de nossas ações são a cidadania e a democracia. Se não entendermos isso, ficaremos atados às práticas ultrapassadas que, historicamente, afastam o Judiciário, no tempo e na distância, do cidadão e da sociedade.

Afinal, por que nossa atividade ainda é regulada por uma lei inspirada no regime autoritário, vencido há 27 anos pela democracia? A quem interessa esse atraso? Por que o Judiciário é o Poder que mais resiste à modernização de sua gestão? Por que o Judiciário não tem autonomia orçamentária, apesar de ser um Poder, que, republicanamente, deveria ser respeitado e valorizado pela harmonia e independência entre o Executivo e o Legislativo?

A quem interessa o enfraquecimento do Judiciário? Por que os juizes não são ouvidos para a escolha da direção dos tribunais nem são consultados na hora

da definição das prioridades e destinação dos recursos públicos? E, ainda, por que a carga processual e a busca por justiça crescem, de maneira inversamente proporcional, à valorização dos magistrados?

São perguntas surradas e esquecidas no tempo da inoperância, da morosidade e da incapacidade que afetam o desempenho de quem deveria cumprir o que determina a Constituição cidadã, consagrando-a como verdadeiro pacto social.

Antes de reclamarmos de campanha contra, façamos nossa parte, porque a campanha de valorização do juiz começa com a gente mesmo e, para isso, é fundamental que resgatem a autoestima da classe, valorizemos nosso trabalho, reafirmando a independência de julgar e cobrando a autonomia e fortalecimento do Judiciário. Antes do reconhecimento externo, o próprio Judiciário precisa reconhecer o valor do magistrado enquanto agente político de alcance social.

Como sempre, estamos prontos para o debate e, de peito aberto, nos somamos ao sentimento cívico que varre o País por mudanças e pela reconstrução nacional e pela transformação social.

Sabemos que o caminho é longo, mas o Judiciário e a magistratura de nossos sonhos estão mais próximos quando não paramos no tempo e damos o valor real ao mundo que nos cerca. Pequenas e grandes conquistas têm valor semelhantes quando defendemos e lutamos por melhorias nas condições de trabalho e de segurança que atendam a todos, desde as grandes às mais remotas comarcas de nosso estado continental.

Passo fundamental, e conquista igualmente importante, foi o estabelecimento de uma parceria profícua que inauguramos com a Assembleia Legislativa que culminou com a instalação da Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça. Trata-se de um fórum de debates e de defesa da independência da magistratura e de fortalecimento do Judiciário.

Por meio dela, construiremos a passagem do Judiciário de um novo tempo, no qual a importância do magistrado e da magistratura será a base de sustentação da democratização de suas ações. Hoje, temos vez e voz nos espaços de debate e de decisões. Nada mais será decidido sobre os rumos e futuro do Judiciário sem a presença ativa da única e legítima representante da magistratura mineira, a nossa querida Amagis. ●

(*) Presidente da Amagis

“Antes do reconhecimento externo, o próprio Judiciário precisa reconhecer o valor do magistrado enquanto agente político de alcance social”



Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:

Desembargador Herbert
José de Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:

Juíz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:

Juíz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:

Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

Vice-presidente

Sócio-cultural-Esportivo:

Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:

Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:

Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:

Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.200 exemplares

ÍNDICE

Amagis aciona TJMG e CNJ por direitos da magistratura

3

- » Amagis aciona TJMG e CNJ por direitos da magistratura 03
- » Amagis faz 61 defesas nos primeiros meses de gestão 04
- » Amagis apoia conduta de juiz de Bueno Brandão 04
- » Assembleia decidirá sobre direitos da magistratura 05
- » Parceria com Assembleia garante avanços 06
- » Fundo garantirá R\$ 130 milhões 08
- » Ato público defenderá melhorias na Justiça 08
- » Amagis cobra projeto ao TJMG para fóruns mineiros 09

- » Amagis reverencia dedicação de magistrados aposentados 10
- » Amagis reverte decisões sobre aposentadoria 11
- » Parceria irá focar incentivo à leitura 15
- » Museus estão na internet 16
- » Abílio Barreto comemora 70 anos do patrimônio da capital 16
- » Poder Judiciário se prepara para a Copa do Mundo 17
- » Novo ministro toma posse no STF 18
- » Mudanças estatutárias beneficiarão usuários do Amagis Saúde 24

Parceria com Assembleia garante avanços

6

Mudanças estatutárias beneficiarão usuários do Amagis Saúde

24

9 Amagis cobra projeto ao TJMG para fóruns mineiros

DEFESA DO MAGISTRADO

Amagis aciona TJMG e CNJ por direitos da magistratura

Atendendo às reivindicações da magistratura mineira, a diretoria da Amagis acionou, no dia 13 de junho, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a fim de que providências sejam tomadas para o pagamento retroativo do auxílio-alimentação e que os critérios para a autorização de diárias sejam disciplinados de acordo com a Lei Orgânica da Magistratura (Loman) e resolução do próprio Conselho.

Em ofício dirigido ao presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, argumenta que o pagamento retroativo do auxílio-alimentação, em cinco anos, tem ocorrido em vários estados e é uma justa reivindicação da classe, que tem sofrido com o achatamento dos subsídios nos últimos sete anos. Para Herbert Carneiro, o pagamento retroativo, além de representar um direito, é uma medida que pode amenizar essas perdas.

No dia 11 de junho, o CNJ derrubou, por oito votos a cinco, a liminar concedida pelo conselheiro Bruno Dantas, que suspendia o pagamento retroativo de auxílio-alimentação para juízes de oito estados do País. Para o corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, o tema

Gláucio Dettmar/Agência CNJ



No dia 11 de junho, o CNJ derruba liminar que havia suspenso o auxílio-alimentação

já está judicializado no Supremo Tribunal Federal.

O mérito da resolução 133 do CNJ reconheceu o direito de juízes receberem auxílio-alimentação sob o argumento de isonomia junto ao Ministério Público. A questão deverá ser abordada futuramente pelo plenário.

DIÁRIAS

No pedido de providência apresentado ao CNJ, a Amagis requer a suspensão das limitações e previsões contidas na Resolução 660/2011, do TJMG, que cria limitações inéditas e nova categoria de magistrado ou servidor, denomi-

nando-o “colaborador”.

A Associação sustenta que a Loman prevê o pagamento de diárias aos magistrados, não incluindo nenhuma restrição ou disciplina relativa ao período de substituição, carga de serviço ou mesmo distância ocorrida. E lembra ainda que o CNJ editou a Resolução nº 73, na qual dispõe sobre a concessão e pagamento de diárias no âmbito do Poder Judiciário, determinando aos tribunais do país a regulamentação interna da concessão de pagamento de diárias de acordo com os critérios definidos na resolução. ●

Belo Horizonte, 13 de Junho de 2013.
Capre - Ofício nº 044/2013.

Exmo. Sr.

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Des. **Joaquim Herculano Rodrigues**.

Dirijo-me a Vossa Excelência, em nome da magistratura mineira para, uma vez mais, reivindicar direitos dos magistrados que, no presente caso, dizem respeito à retroatividade, em (5) cinco anos, do auxílio alimentação, como tem ocorrido em vários estados.

Trata-se de uma justa reivindicação da classe que, através de inúmeros email's, cartas e telefonemas tem se dirigido a esta entidade de classe, sabedores de que é a única e legítima representante dos magistrados de Minas Gerais.

Há que se ressaltar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos magistrados, em razão do achatamento dos subsídios, sendo esta uma das medidas para amenizar a situação.

Contando com o apoio de Vossa Excelência, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,

Desembargador **Herbert José Almeida Carneiro**
Presidente da AMAGIS

Exmo. Sr.

Des. **Joaquim Herculano Rodrigues**,
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte/MG

DEFESA DO MAGISTRADO

Amagis faz 61 defesas nos primeiros meses de gestão

Tiago Parrela



Amagis acompanha as sessões de julgamento, noticiando as decisões em tempo real no site

A Amagis realizou, por meio de seu Departamento Jurídico e de escritórios contratados, 61 defesas de magistrados e seus direitos, em ações judiciais e administrativas.

A Associação acompanha todas as sessões

do Órgão Especial do TJMG. Na do dia 12 de junho, por exemplo, a defesa dos magistrados foi realizada pelos advogados do Departamento Jurídico e contratados. Dentre as decisões do Órgão, foi concedido um mandado de seguran-

ça, rejeitado embargos, negado um provimento e um recurso de provimento administrativo e adiado um processo administrativo.

Durante a sessão, foram definidos os integrantes da banca examinadora para o concurso

da magistratura deste ano. São os desembargadores Evandro Lopes e Elias Camilo, Maria Beatriz Madureira e Evangelina Castilho e o advogado Marcos Nohmi. Os suplentes são os desembargadores Flávio Batista, Pedro Bernardes, Ge-

raldo Domingos Coelho e José Washington Ferreira e o advogado Sérgio Murilo Diniz Braga.

PROVIMENTOS

O Órgão Especial promoveu o juiz Milton Biagioni Furquim para a 1ª Vara Cível de Guaxupé. Além dele, as juízas Aline Cristina Modesto da Silva, e Cristina Martins Gualberto Ribeiro, foram promovidas para a 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Três Pontas e para a Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Vespasiano, respectivamente. Ainda durante a sessão, a juíza Vilma Lúcia Gonçalves Carneiro foi removida para a Vara de Família, Sucessões e Ausência e Cartas Precatórias Cíveis e Criminais da Comarca de Ubá. Os provimentos de entrância especial foram adiados para a próxima sessão. ●

SUL DE MINAS

Juiz de Bueno Brandão recebe solidariedade

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) divulgou, no dia 21 de junho, uma nota em apoio ao juiz João Cláudio Teodoro, das Comarcas de Ouro Fino e de Bueno Brandão, no Sul de Minas, rechaçando veementemente a campanha difamatória que está sendo feita contra o

trabalho dedicado do magistrado por conta de uma decisão, sustentada em sua independência de julgar.

A Amagis afirma que o magistrado, detentor de uma conduta séria e responsável, determinou, nos termos da lei, o cumprimento de acordo homologado judicial-

mente, há mais de dois anos (22/01/2011), entre o Ministério Público e as partes, no sentido de transferir, do centro da cidade de Bueno Brandão para área rural do município, um canil com cerca de 70 cães que, além de riscos à saúde pública, perturbam o sossego alheio. ●



DEFESA DO MAGISTRADO

Assembleia geral decidirá sobre direitos da magistratura em agosto

No dia 9 de agosto, será realizada a primeira assembleia geral, na atual gestão, para discutir sobre direitos da magistratura mineira, de maneira democrática e participativa. Entre outros, o assunto foi tratado durante encontro do presidente da Amagis, Herbert Carneiro, com os juízes que atuam no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, no dia 13 de junho, após reunião da diretoria da Amagis, que, no mesmo dia, deliberou pela ampliação do debate, em assembleia, sobre as ações em defesa da implementação de direitos da magistratura. No Fórum Lafayette, Herbert Carneiro destacou que somente a unidade e efetiva representatividade irão fortalecer a magistratura. "A assembleia é o foro mais legítimo da classe", disse.

No dia 28 de junho, o presidente da Amagis reuniu-se, em Juiz de Fora, com juízes da Comarca e região, com o mesmo objetivo. Ainda no início de julho, visitou outras comarcas. Nos encontros, Herbert Carneiro fez um balanço das ações da atual

gestão e informou que a Amagis requereu, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, pagamentos de direitos e acionou o CNJ pela regularização do pagamento de diárias junto ao TJMG. Ainda em seu balanço, o presidente da Amagis destacou os 61 procedimentos administrativos e judiciais, adotados pela Associação, em defesa dos juízes junto ao TJMG, Órgão Especial, Corregedoria, CNJ, Justiça comum e Polícia Federal, e a instalação da Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça, na Assembleia Legislativa de Minas. ●

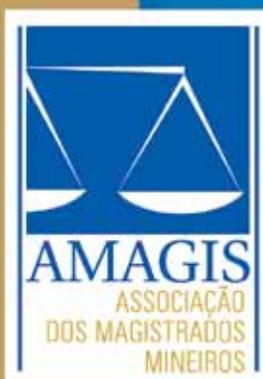
Adriano Boaventura



Presidente da Amagis reunido com juízes no Fórum Lafayette, em BH



Em Juiz de Fora, ações da Amagis e assembleia geral foram discutidas



Há mais de 50 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

FRETE PARLAMENTAR

Parceria com Assembleia garante avanços para a magistratura e a Justiça

Intensificando o diálogo com o Poder Legislativo desde o início da gestão, a diretoria da Amagis, em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), lançou, no dia 6 de junho, a Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça, a fim de sistematizar, racionalizar e agilizar a votação de projetos de interesse do Judiciário.

Durante a instalação da Frente, no Teatro da Assembleia, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, destacou a importância da parceria com o Legislativo de Minas e ressaltou que é no parlamento onde se aprimora o Judiciário mineiro, por meio de vários projetos, entre eles a Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), que, em breve, será discutida na Casa.

“Posso dizer que o dia de hoje é histórico, pois estamos aqui na busca de cidadania plena. A Amagis, única e legítima representante dos magistrados mineiros, se sente honrada e reconhecida com esse gesto suprapartidário do Parlamento, que nos possibilitará travar um debate livre, democrático e que verdadeiramente contribua para o aprimoramento da Justiça”, disse Herbert Carneiro no lançamento da Frente.

Na avaliação do deputado estadual Arlen Santiago, autor do requerimento que criou a Frente, atualmente, o Judiciário sofre com muitas carências, in-

Adriano Boaventura

**Frente suprapartidária será fórum de debates de projetos da Justiça****Dezenas de magistrados de várias regiões participam do evento**

clusive de boas leis que possibilitem a Justiça de desenvolver uma prestação jurisdicional com mais celeridade.

A Frente Parlamentar é suprapartidária, conta com amplo apoio dos deputados mineiros, e atuará como fórum de debates e de defesa da independência da magistratura e do fortalecimento do Judiciário, com

a finalidade de aprimorar o acesso à Justiça e o atendimento ao cidadão.

A ideia é que todos os projetos envolvendo o aperfeiçoamento do Judiciário e a prestação jurisdicional passem pelo crivo da Frente Parlamentar. Entre eles, a Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), que regulamenta o funcionamento do Ju-

dicário em Minas Gerais e deve ser enviada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) até setembro.

Participaram do lançamento, dezenas de magistrados mineiros e deputados, além de outras autoridades dos Três Poderes, representantes da OAB, Defensoria Pública, entre outros. ●

**PROJETOS
PRIORITÁRIOS NA
ALMG EM 2013****Revisão da LODJ**

TJMG formou comissão para elaborar projeto a ser enviado à Assembleia no segundo semestre

**Fundo Especial
do Judiciário**

Aprovado em turno único, destinando R\$ 130 milhões das custas judiciais para o TJMG.

**Fundo para
a segurança**

Proposta da Amagis foi encampada pela Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, prevendo a criação de um fundo destinado a investimento na segurança dos fóruns.

**Democratização
do Judiciário**

Projeto inclui participação dos juízes de 1º e 2º graus na elaboração do orçamento e na eleição da direção do TJMG

**Assessores
para juízes**

Projeto cria assessores para todos os juízes-substitutos, auxiliares e titulares de entrância e de juizados especiais e juízes da Justiça Militar.

Magistrados e deputados aprovam o lançamento da Frente Parlamentar



Desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente da Amagis

A Frente Parlamentar vai promover o debate de temas caros ao Judiciário mineiro em conjunto com a sociedade civil, parlamentares e magistrados. Mais uma vez, Herbert Carneiro mostrou sua liderança e a necessidade de um movimento que resgate o Judiciário perante a sociedade.



Juiz Carlos Alberto Pereira da Silva, diretor da Seccional de Poços de Caldas

O lançamento da Frente Parlamentar é um grande avanço para a Justiça. É importante que o Judiciário e a Assembleia caminhem juntos, pois ambos os poderes têm como objetivo a melhoria da qualidade de vida da sociedade.



Juiz Fabiano Rubinger, diretor da Seccional de Uberaba

É de grande importância o diálogo com o Parlamento, pois se trata de um fórum de debates expressivo e significativo, que, certamente, irá contribuir para um Judiciário cada vez mais forte e independente.



Desembargador Doorgal Andrada, ex-presidente da Amagis

A Frente é resultado do trabalho que a magistratura mineira, por meio da Amagis, tem realizado na Assembleia Legislativa, sensibilizando a casa de tal forma que os próprios deputados reconheceram a necessidade de se unirem suprapartidariamente em busca de melhorias, fortalecimento e modernização do Poder Judiciário.



Juiz Marcos Antônio Ferreira, diretor da Seccional de Montes Claros

O Judiciário precisa dessa interlocução com a comunidade e com a sociedade civil organizada e é o Parlamento mineiro que representa a sociedade. Portanto, a Frente Parlamentar é de fundamental importância para fortalecer o Poder Judiciário, fortalecendo a própria democracia.



Deputado Estadual Lafayette Andrada

Em Minas Gerais, é muito claro o respeito, e até mesmo a parceria, entre o Poder Judiciário e o Legislativo. De um modo especial, a Assembleia sempre tem uma ótima acolhida pela Amagis e vice-versa.



Juiz Marcelo Cândido, diretor da Seccional de Governador Valadares

A iniciativa é extremamente positiva e demonstra o entrosamento entre os Poderes Legislativo e Judiciário. Ficaram claros a união de forças em prol do cidadão e o reconhecimento da importância do Judiciário na construção de uma sociedade mais justa e democrática.



Juíza Ivone Guillarducci, vice-presidente de Interior

A classe está bastante otimista com o lançamento da Frente Parlamentar, pois são muitos os obstáculos que o Poder Judiciário tem pela frente. Com o apoio dos deputados mineiros, a Justiça do Estado terá mais condições de avançar.



Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Financeiro da Amagis

A Associação reafirma sua condição de legítima representante da magistratura junto ao Legislativo. A expectativa é discutir propostas em prol do Poder Judiciário, esclarecendo o que realmente é necessário e melhorando a prestação jurisdicional.



Juíza Aldina Soares, diretora de Comunicação da Amagis

O momento atual pede que a magistratura se revista e se apresente como o Poder de Estado que é, garantidor dos direitos e deveres do indivíduo e da liberdade e cidadania. Não tenho dúvidas de que esta é uma aliança profícua e que será duradoura.



Deputado Estadual Durval Ângelo

A Amagis sempre respeitou e dialogou com o Poder Legislativo, enquanto entidade de classe. A Frente Parlamentar vai ampliar essa caminhada, já consolidada, e garantir maior apoio às teses do Judiciário mineiro e maior agilidade na tramitação.

AUTONOMIA

Fundo garantirá R\$ 130 milhões

Rossana Magri/ALMG

Primeiro resultado após o lançamento da Frente Parlamentar, a Assembleia Legislativa aprovou a criação do Fundo Especial do Poder Judiciário de Minas Gerais (FEPJ), no dia 11 de junho, que prevê, neste ano, a destinação de cerca de R\$ 130 milhões das custas judiciais para investimentos na melhoria da prestação jurisdicional e das condições de trabalho e de segurança nos fóruns.

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, que acompanhou toda a tramitação e votação do projeto, ainda faz gestões na Assembleia para que seja aprovada a proposta de criação do Fundo Estadual de Segurança dos Fóruns, cujos recursos viriam do Fundo Especial, uma vez que o projeto aprovado não especifica o investimento.

O FEPJ prevê que o valor arrecadado com as custas seja revertido na elaboração e execução de programas e projetos, construção, ampliação e reforma de prédios próprios e de imóveis, ampliação e modernização dos serviços informatizados, aquisição de material permanente, aquisição de bens imóveis, capacitação e treinamento, e realização de outras despesas de capital ou de custeio, exceto as relativas a provento, vencimentos, pensões e subsídio dos quadros do Judiciário.

O projeto estabelece que as atribuições de arrecadação, controle e fiscalização das taxas serão exercidas pela Secretaria de Estado de Fazenda, mas a gestão fica a cargo do TJMG. E determina ainda o prazo de 90 dias, da publicação da lei, para que o presidente do Tribunal edite os atos normativos complementares. ●



Deputados estaduais votam a criação do fundo judiciário

APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

Ato público defenderá melhorias na Justiça

Adriano Boaventura



Parceria foi estabelecida em reunião na Dom Helder Câmara

Numa parceria da Amagis com a Escola Superior Dom Helder Câmara, será realizado, no dia 14 de agosto, um ato público, em Belo Horizonte, em defesa do aperi-

moramento da Justiça. A iniciativa marca a adesão da instituição de ensino à Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça, antecipada durante reunião entre o presi-

dente da Amagis, Herbert Carneiro, e o reitor da Escola, Paulo Umberto Stumpf, que aconteceu no dia 10 de junho.

Na avaliação de Herbert Carneiro, o debate

sobre o aperfeiçoamento só será efetivo se passar pela academia. Para ele, o debate que começa na academia, por razões de doutrina e de experiência, é mais eficiente e oferece resultados mais duradouros.

Para o reitor Paulo Stumpf, a parceria possibilitará à comunidade acadêmica conhecer a importância do Poder Judiciário e o papel das carreiras Jurídicas. “A partir da integração, a parceria propiciará a discussão de temas decisivos para os avanços da Justiça na busca da consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil”, disse. ●

SEGURANÇA

Amagis cobra projeto do TJMG para fóruns mineiros

Além de todo o trabalho desenvolvido pela Amagis na Assembleia Legislativa, na busca por mais segurança nos fóruns, o presidente Herbert Carneiro encaminhou ofício ao presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, no dia 14 de junho, solicitando que o Tribunal encaminhe à Amagis o projeto e o planejamento estratégico que possibilitará a implantação de tecnologia e equipamentos de segurança em todas as comarcas do Estado até julho do ano que vem.

No dia 6 de junho, durante o lançamento da Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça, na Assembleia Legislativa, o desembargador Wanderley Salgado de Paiva, integrante do Centro de Segurança Institucional (Cesi), e que, no ato, representava o presidente do TJMG, manifestou o compromisso da Presidência do Tribunal de implantar, até o fim da atual gestão (julho de 2014), equipamentos de segurança em todas as comarcas do Estado, com a utilização, segundo afirmou o desembargador, da tecnologia mais moderna.

No ofício, o presidente da Amagis solicita o envio

do projeto para conhecimento dos juizes mineiros, sabidamente, os maiores interessados na execução desse compromisso assumido pela Presidência do TJMG.

TENTATIVA DE INVASÃO

Mais um caso ligado à falta de segurança nos fóruns aconteceu em Minas Gerais, desta vez em Capelinha, na região do Vale do Jequitinhonha, no dia 11 de junho. O juiz Fernando Lamego Sleumer, que estava trabalhando em seu gabinete por volta das 19h30, percebeu que havia alguém forçando a porta de entrada do fórum. Porém, quando saiu da sala para verificar o que havia acontecido não avistou ninguém.

O magistrado relatou que o prédio do fórum é frágil quanto à segurança, não dispõe de câmeras de vídeo ou sequer iluminação em funcionamento no entorno do edifício, o que contribui para a sensação de insegurança dos magistrados e servidores, especialmente à noite, no fim do expediente. O magistrado fez boletim de ocorrência junto à PM. ●

Belo Horizonte, 14 de Junho de 2013.
Gapre - Ofício nº 045/2013.

Exmo. Sr.
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais,
Des. *Joaquim Herculano Rodrigues*.

Como de conhecimento público, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e a Associação dos Magistrados Mineiros - AMAGIS lançaram, no dia 06 de junho de 2013, a frente parlamentar em defesa do aprimoramento do sistema de justiça mineiro. Registre-se que o evento foi lançado com êxito porque se fizeram presentes expressivas autoridades dos poderes públicos, constituídos por Promotores de Justiça, Advogados, Defensores Públicos e representantes da sociedade civil.

Naquela oportunidade, o Tribunal de Justiça mineiro fez-se representar através do ilustre Desembargador Wanderley Salgado de Paiva que, no seu pronunciamento, manifestou o compromisso dessa Presidência de implantar, até o final de sua gestão, equipamentos de segurança em todas as comarcas do Estado, com a utilização, segundo afirmou, da tecnologia mais moderna (discurso gravado em vídeo nos arquivos desta associação).

Em se tratando de fundamentar interesse dos magistrados mineiros, solicito a Vossa Excelência, a especial fineza de encaminhar, a esta Associação, o projeto, bem como o planejamento estratégico que possibilitará a alegada implantação dos referidos equipamentos de segurança, em todas as comarcas do Estado, para conhecimento dos juizes mineiros, sabidamente, os maiores interessados na execução desse compromisso assumido por sua gestão.

Certo da alta sensibilidade de Vossa Excelência para com os interesses dos juizes mineiros, aguardo atendimento ao pleito.

Atenciosamente,

Desembargador *Herbert José Almeida Carneiro*
Presidente da AMAGIS

Exmo. Sr.
Des. *Joaquim Herculano Rodrigues*,
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte/MG

ALERTA

Possível golpe de seguros e previdência

A Amagis alerta a todos contra correspondências enviadas em nome de uma suposta empresa chamada Sagres – Seguro e Previdência, informando que os associados teriam

direito a receber valores de pecúlio e pedindo que liguem para um número de telefone com DDD 61. É importante ter cuidado, pois, ao que tudo indica, trata-se de uma fraude.

Na verdade, existe uma Sagres Corretora de Seguros LTDA., que funciona em Brasília, registrada na Susep, sob o número 10.0128708, e que informa, em seu site,

que as correspondências são falsas e nem foram originadas pela empresa.

Caso tenha recebido qualquer correspondência de Sagres – Seguro e Previdência, não

ligue para a empresa nem forneça dados pessoais. Caso tenha dúvidas, entre em contato com o Departamento Jurídico da Amagis pelo telefone (31) 3079-3499 – Ramal 3406. ●

HOMENAGEM

Amagis reverencia dedicação de magistrados aposentados

Bruno Gontijo



Magistrados aposentados participam da solenidade na sede da Amagis

A Amagis prestou homenagem aos magistrados que se aposentaram em 2012, no dia 27 de junho, em solenidade realizada na sede da Associação, em Belo Horizonte. Ao todo, 28 magistrados tiveram sua dedicação pela magistratura reconhecida e celebrada com a entrega de uma placa reverencial, que possui uma inscrição em latim: *otium cum dignitate*, cunhada pelo filósofo Cícero Arpino, que significa “descanso honrado”.

O presidente da Amagis, Herbert Carnei-

ro, enalteceu a trajetória dos homenageados e ressaltou que eles abriram novos caminhos reafirmando para as gerações de hoje e de amanhã o exemplo do equilíbrio, da equidade e da justiça. Ele ainda reafirmou o compromisso da Associação na luta pelos direitos de todos os magistrados e pensionistas e lembrou da permanente mobilização da Amagis pelo resgate da integralidade das aposentadorias e pensões aos magistrados assim como a restauração do ATS.

O vice-presidente Financeiro da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezeno e Santos, foi o orador oficial da cerimônia e disse que a Amagis honra cada um de seus associados que, ao seu tempo e modo, construíram uma sociedade mais justa, funcionando como verdadeiros pilares da democracia.

O desembargador Roney Oliveira, o primeiro a se aposentar em 2012, falou em nome dos homenageados e revelou encarar a inatividade apenas como uma mu-

dança de rota e de cenário de atuação. Ele ainda agradeceu a distinção da Amagis que, em suas palavras, “está a zelar por nós, os juízes de ontem e também de sempre”.

O vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, desembargador Tibagy Salles, lembrou que este é o terceiro ano que a Amagis presta essa homenagem e reconheceu a importância da reverência a eles, pela dedicação com que realizaram seu trabalho em prol da magistratura. ●

HOMENAGADOS 2013

JUÍZES:

- Adair Sebastião Alves
- Alcino Waldir Leite
- Antônio Évio de Souza
- Carlos Pavanelli Batista
- Fernando Humberto dos Santos
- João Ary Gomes
- José Carlos Marques
- José Ilceu Gonçalves Rodrigues
- José Martinho Nunes Coelho
- Lenín Ignachitti
- Maria de Fátima Santos Dolabela
- Marli Rodrigues da Silva
- Paulo Sérgio Ferreira
- Romário Silva Junqueira

DESEMBARGADORES:

- Antoninho Vieira de Brito
- Cláudio Renato dos Santos Costa
- Dídimo Inocêncio de Paula
- Edivaldo George dos Santos
- Francisco Kupidowski
- José Antônio Braga
- José Nicolau Maselli
- Mário Lúcio Carreira Machado
- Maurício Barros
- Mauro Soares de Freitas
- Osmando Almeida
- Reinaldo Portanova
- Roney Oliveira
- Tarcísio José Martins Costa

Bruno Gontijo



Herbert Carneiro preside solenidade ao lado de magistrados

CONQUISTA

Amagis reverte decisões sobre aposentadoria

Atendendo a requerimento da Amagis, feito em março deste ano, o TJMG abriu processo administrativo e reconheceu, por meio de sua Comissão Administrativa, o direito do magistrado de aposentar-se com subsídios correspondentes ao da entrância em que estava lotado, independentemente do tempo de serviço. O requerimento da Amagis foi fundamentado em entendimentos do próprio TJMG e também do STJ. Além disso, a re-

solução nº 166 do CNJ reforçou o pleito. No requerimento, a Amagis apresentou o argumento, entre outros, de que o STJ entende que, “para aposentar-se com proventos relativos à classe em que se encontra – in casu, entrância – o servidor não necessita comprovar o exercício de prazo mínimo de cinco anos, desde que satisfaça tal requisito em relação ao próprio cargo para o qual originalmente res- tou aprovado por meio de concurso público”.

Após a conquista da Associação, daqui em diante, todos os pedidos de aposentadoria dos magistrados mineiros deverão ser deferidos com os vencimentos correspondentes aos da entrância em que está lotado o magistrado. Os pleitos anteriores à edição da Resolução 166 também devem ser revistos, inclusive os judiciais, muitos deles promovidos pela Amagis em favor de seus associados. ●

PENSIONISTAS

Minas recebe prêmio no Panamá

Bruno Gontijo



Troféu de maior delegação

Com uma comitiva composta por 45 pessoas, Minas Gerais conquistou o título de maior delegação, durante o II Encontro Internacional de Magistrados Aposentados e Pensionistas da AMB, realizado no Panamá, entre os dias 7 e 13 de junho.

Durante os sete dias do evento, cujo objetivo era promover um intercâmbio cultural e aprimorar a troca de conhecimentos entre juízes ativos, inativos e pensionistas, os participantes assistiram a diversas palestras e debateram sobre a valorização da magistratura e o reconhecimento dos aposentados e pensionistas. A diretora de Pensionistas da Amagis, Marlene Fernandes, destacou que o evento foi uma oportunidade para expor os problemas de cada segmento. ●

LIVRO

Juiz lança Código de Trânsito comentado

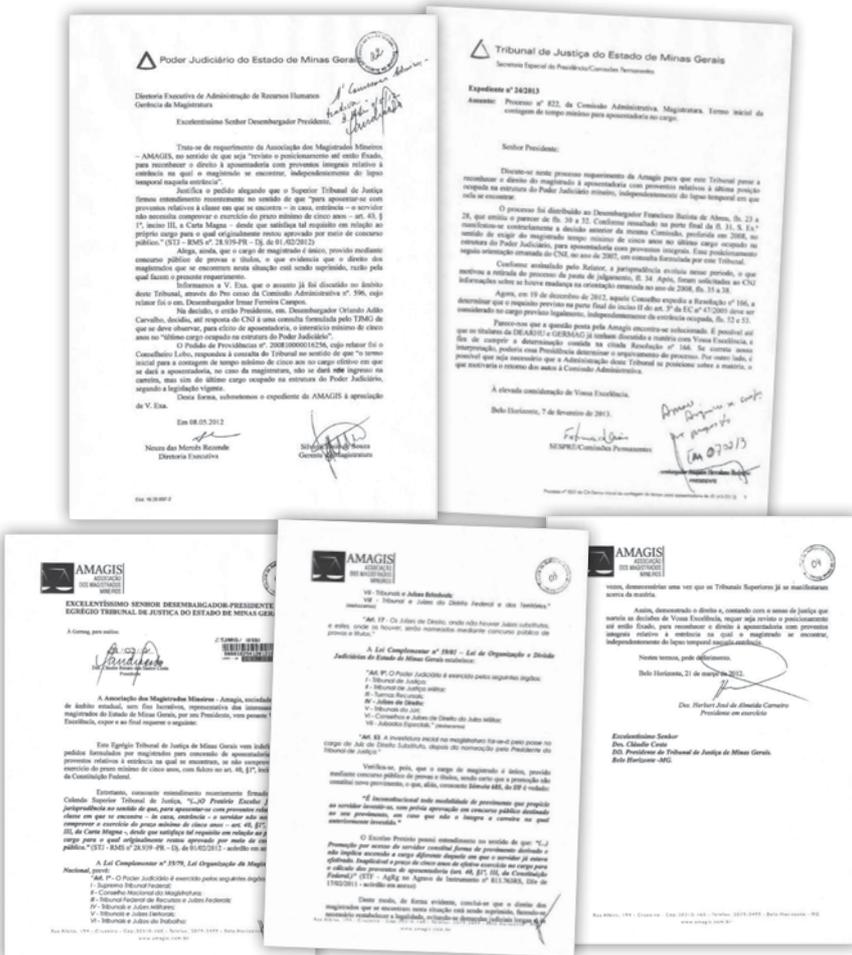
Divulgação

O juiz aposentado João Baptista da Silva publicou a 2ª edição do “Código de Trânsito Brasileiro – Comentado e Explicado”. Na obra, além de comentar artigo por artigo, o magistrado ainda incluiu as inovações trazidas pelas 21 leis modificativas do texto original do código. O livro vem acompanhado de um CD com as resoluções do Contran, que pode ser atualizado com as mudanças recebidas diretamente da editora.

De acordo com o autor, o Código de Trânsito Brasileiro não resolveu os problemas do trân-



sito, mas ele vê na lei a predominância das marcas da qualidade, e se esses problemas não são resolvidos, a deficiência não é da lei. O livro foi publicado pela Editora Líder e já está à venda. ●



Amagis fundamentou requerimento em entendimentos do STJ

LAZER

Inscreeva-se e aproveite as colônias de férias

As inscrições para a alta temporada (dezembro e janeiro) nas colônias de férias da Amagis estão abertas até o dia 15 de agosto. Não deixe seu descanso para depois, programe-se e aproveite todo o conforto e lazer que as colônias ofe-

recem em diversas regiões do País. São, ao todo, cinco unidades, cada uma com características especiais: Nova Viçosa (BA), Caxambu (MG), Ubatuba (SP), Cabo Frio (RJ) e Caldas Novas (GO).

NOVA VIÇOSA

Um dos principais cartões postais do Sul de Bahia, Nova Viçosa oferece a calma que os magistrados e suas famílias merecem, aliada a praias paradisíacas como a Sambacuí, com enseada de ondas mansas, extensa, com búzios sobre a areia fina e solta. É a mais popular da cidade. A Amagis possui 22 apartamentos duplex em Nova Viçosa, todos equipados com TV, ar-condicionado e frigobar. Além disso, a colônia oferece 12 casas com três quartos, sala e varanda. ●

Bruno Gontijo



COMO CHEGAR

Distância de Belo Horizonte: 740 km

Vias de acesso: BR 381, sentido Governador Valadares. Entrar na BR116 depois de Valadares e seguir até Teófilo Otoni. Entrar na BR 418, sentido Carlos Chagas e Nanuque. Acessar a BR 697 até Nova Viçosa.

CAXAMBU

Um das cidades mais visitadas do Sul de Minas, Caxambu faz

parte da região das estâncias hidrominerais do Estado. A cidade abriga, em 12 fontes,

a maior concentração de águas carbogassadas do mundo. No Balneário Hidroterápico,

estão disponíveis banhos, duchas e massagens. A colônia conta com dez apartamentos

mobiliados e decorados. Todos com um quarto, sala, cozinha, TV e frigobar. ●

Arquivo da Amagis



COMO CHEGAR

Distância de Belo Horizonte: 361 Km

Vias de acesso: BR-381 (Fernão Dias) até o trevo de Três Corações; em seguida, MG- 167, passando por Campanha; continuar pela BR-267, passando por Conceição do Rio Verde e Baependi, chegando então a Caxambu.

Arquivo da Amagis



COMO CHEGAR

Distância de Belo Horizonte: 565 km - **Vias de acesso:** BH – Cabo Frio: Pela BR-040, passando por Barbacena e Juiz de Fora, até Campos Elísios (SJ). Em seguida, entrar na BR-493 (região dos Lagos), passando por Magé, Itaboraí e Rio Bonito, chegando em Cabo Frio. - **Aeroporto mais próximo:** Na própria cidade de Cabo Frio

CABO FRIO

Cabo Frio é uma das cidades litorâneas preferidas pelos mineiros. Localizada na Região dos Lagos, a 150 km da cidade do Rio de Janeiro, suas praias e dunas exuberantes, de areia branca e fina, proporcionam inesquecíveis momentos de lazer. A Amagis tem oito apartamentos no edifício Nautilus II, com três quartos, dois banheiros e sala. ●

UBATUBA

Cidade do litoral norte de São Paulo, Ubatuba é um local privilegiado pela natureza. Bastante eclética, a cidade oferece desde pontos movimentados até lugares quase desertos, praias de águas calmas e de ondas fortes. A Amagis possui seis casas no Condomínio Del Mar. As casas possuem três quartos, sendo duas suítes, sala com TV e cozinha equipada (fogão, geladeira, micro-ondas). ●

Adriano Boaventura



COMO CHEGAR

Distância de Belo Horizonte: 600 Km - **Vias de acesso:** BH – Ubatuba: seguindo pela Fernão Dias (BR 381), entrar para Itajubá, logo após, pegar o trevo para Cachoeira de Minas (passa-se dentro da cidade), continua até Santo Antônio dos Pinhais, pegar o trevo de Campos do Jordão para Caçapava. Atravessar a Via Dutra (BR 116) sentido Rio de Janeiro, segunda entrada à direita, continuar pela estrada até Ubatuba.

Aeroporto mais próximo: São Paulo – a 223 km

CALDAS NOVAS

Conhecida pela águas quentes, a cidade goiana de Caldas Novas oferece uma

série de atrações, principalmente clubes com piscinas dos mais variados tipos e restaurantes. Amagis

possui 14 apartamentos em Caldas Novas, sendo 12 no Hotel Di Roma Resort, com capacidade para qua-

tro pessoas, e outros dois no Residencial Império Romano, que acomodam até três pessoas. ●

Arquivo da Amagis



COMO CHEGAR

Distância de Belo Horizonte: 680 Km - **Vias de acesso:** BH - Caldas Novas: BR-381 até Betim, entrando na BR-262 até Araxá. Em seguida, acessar a BR452 até Uberlândia e entrar na BR-050 até Araguari. Acessar a BR413, passando por Corumbalha até Caldas Novas. - **Aeroporto mais próximo:** Na própria cidade de Caldas Novas

INSCRIÇÕES

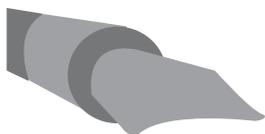
As inscrições podem ser feitas com Cacia pelo telefone (31) 3079-3459 ou pelo e-mail cacia@amagis.com.br.

OBSERVAÇÕES:

- Os associados deverão inscrever-se para uma única colônia (limite de uma unidade por associado);
- No caso de Nova Viçosa, é necessário optar por casa ou apartamento;
- Após o sorteio, os associados contemplados terão até cinco dias úteis para efetuar o pagamento referente à temporada sorteada

PÓS-LITTERATURA

Desembargador Luiz Carlos Biasutti
Coordenador do Memorial da Escola Judicial do Tribunal de Justiça



Uma divagação histórica

CREADOR – Substantivo Masculino: DEUS

A escrita do Creador em lugar de Criador é de origem latina. Basta lembrar o hino litúrgico da Igreja: Veni CREATOR SPIRITUS.

Somente, modernamente, o Dicionário HOUAISS da língua portuguesa (Editora objetiva, Rio de Janeiro/2004), na página 868, quando

fala na palavra criação apresenta uma explicação sobre a simplificação da nomenclatura e a abolição da forma: criar, criação para criar, criação. Outros dicionários não falam sobre o assunto.

Todavia, não se pode deixar de citar:

“O GRANDE DICCIONARIO PORTUGUEZ” OU “THESOIRO DA LINGUA PORTUGUEZA” pelo Dr. Fr. Domingos Vieira dos Eremitas calçados de Santo Agostinho.

Publicação feita sobre o MANUSCRITO ORIGINAL, inteiramente revista e consideravelmente aumentada.

Segundo Volume

Porto (Portugal)

Editores Ernesto Char-dron e Bartholomeu H. de Moraes: Obra em cinco volumes – 1873.

No volume II – Páginas 623 a 624 com citação das Ordenações Affonsinas, Livro IV, Título 2 parágrafo 4. Tudo sobre a palavra CREADOR.

ESTE IMPORTANTE DICCIONÁRIO FAZ PARTE DO ACERVO DO SAUDOSO Prof. José Américo da Costa de São João Del Rei.

Na língua francesa Créateur = Criador

No Espanhol: Creador = Deus/Ainda, criar, criador = produzir, gerar

No Italiano: Creatore = Deus

Assim nossa língua portuguesa tem vivido por muitas reformas ortográficas nos últimos tempos. Na década de 1940 houve uma reforma ortográfica feita no governo de Getúlio Vargas que foi rejeitada imediatamente. Aí passaram a guarda da ortografia para Academia Brasileira de Letras.

Mas, ainda no governo do general Médici resolveram acabar com o acento diferencial: com a derrubada do acento circunflexo. Não mais acentuando as palavras estrela, para di-



ferenciar da palavra estrela do obscuro verbo estrelar, fôrma e o verbo formar, forma, etc.

Agora, com a mania de simplificar a ortografia da língua portuguesa estão modificando mais ainda a nossa escrita. Dizem que é para ter

única ortografia em todos os países onde se fala português: Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné e Timor Leste. Por enquanto esta novíssima reforma foi adiada. É uma mania incrível! O importante é que ninguém está satisfeito com tanta balbúrdia.

Finalmente este assunto fica sepultado quando tratamos de nomes próprios: Brunella, Umberto, Hanna, Luiz ou Luís... Liberdade total!

Daí ter gostado do último livro do saudoso Victor Biasutti, poeta, pensador e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, quando na dedicatória escreveu com amor e fé: “Creiam no possível e no impossível, pois trazemos conosco, cada um, o “PINGO DA Imortalidade”, distribuída pelo Espírito do CREADOR. ●

Os interessados em participar da Coluna Pós-Litteratura, sob responsabilidade do desembargador João Quintino, devem encaminhar e-mail para imprensa@amagis.com.br ou ligar para (31) 3079-3453. Participe!



Dictum

instituto de gestão e perícia

PERÍCIA E ASSESSORIA TÉCNICA
EM PROCESSOS JUDICIAIS
E EXTRAJUDICIAIS

Rua Raimundo Correa, 52 - sala 02 - São Pedro - CEP 30330-090 - Belo Horizonte/MG | www.dictuminstituto.com.br | 31 3282-5374

JUSTIÇA CIDADÃ

Parceria irá focar incentivo à leitura

Adriano Boaventura



Eugênio Ferraz, Dinis Pinheiro, Herbert Carneiro, Olavo Romano e José Mauro Costa

Incentivar o hábito da leitura em todo o Estado de Minas Gerais foi o assunto discutido, no dia 19 de junho, entre

o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, o presidente da Academia Mineira de Letras, Olavo Romano, o diretor-geral

da Imprensa Oficial, Eugênio Ferraz, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro,

e o idealizador do projeto "Livro de Graça na Praça", José Mauro da Costa.

No encontro, foi discutida a formação

de uma parceria entre essas instituições, para incentivar este hábito, através do potencial e capilaridade de cada parceiro. O presidente da Academia Mineira de Letras disse que a ideia é criar um concurso literário, começando por uma sede polo, que culminaria com a publicação de um livro, por meio dos participantes.

MAGISCULTURA

A próxima edição da Revista MagisCultura já está sendo preparada e os associados interessados podem colaborar com o envio de textos para o e-mail imprensa@amagis.com.br. O tema desta edição será os 200 anos da morte do escultor barroco Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa). O deputado Dinis Pinheiro é autor de um projeto que estabeleceu o ano de 2014 como "Ano do Aleijadinho".

SORTEIO

Juiz é premiado com livro

Tiago Parrela



Rinaldo Kennedy

O juiz Rinaldo Kennedy Silva, da 15ª Vara Criminal de BH, foi o ganhador do livro "Direito: Razão e Sensibilidade", de autoria do desembargador Luís Carlos Balbino Gambogi. O juiz recebeu o exemplar

no dia 18 de junho, e revelou ter ficado surpreso, pois não costuma ser contemplado em sorteios.

No livro, o autor convida os leitores a recuperar a dimensão romântica do Direito e os seus compro-

missos humanitários, hoje obscurecidos pela cultura científica que oprime o intérprete do fenômeno jurídico.

A Amagis agradece a todos que se inscreveram. Periodicamente, a Associação

sorteia exemplares de livros que são gentilmente cedidos pelos autores. Para participar, basta acompanhar a Associação no site (amagis.com.br), na página no Facebook ou no Twitter e se inscrever.

Instituto Mineiro
de Perícias



Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Convênio
AMAGIS

ARTE DIGITAL

Museus estão na internet

Reprodução da internet

**Acervo do Museu da Língua Portuguesa pode ser acessado on-line**

O Museu da Língua Portuguesa e o Museu do Futebol, ambos localizados na cidade de São Paulo, agora estão disponíveis na internet. Por meio do projeto Google Cultural Institute, as exposições dos museus podem ser visitadas virtualmente.

O Museu da Língua Portuguesa traz uma retrospectiva histórica, com vídeos, áudios, mapas e imagens, que revê o idioma desde suas origens em 4001 a.C. até a constituição do poder lusitano na Europa medieval, em 1399. Dedicado à valorização e difusão do nosso idioma (patrimônio imaterial), o museu apresenta uma forma expositiva diferenciada das demais instituições museológicas do País e do mundo, usando tecnologia de ponta e recursos interativos para a apresentação

de seus conteúdos. Em seu acervo, estão fotos, trechos de livros referências da língua portuguesa e fac-símiles de obras e documentos como a Carta de Pero Vaz de Caminha e a capa de Dom Quixote, de Cervantes.

Do Museu do Futebol, está disponível a exposição "O Jogo e o Povo", que reconta a história do futebol brasileiro, desde o início, com fotos, vídeos e documentos que vão de 1863 ao início da popularização do esporte via rádio, na década de 1930. Além dessa mostra, há fotos históricas de jogadores, como Pelé, Garrincha, Vavá, Telê Santana, Dunga, Belini.

VISITE

Para ver as exposições, acesso o site: <http://www.google.com/culturalinstitute> •

HISTÓRICO

Abílio Barreto comemora 70 anos como patrimônio da capital

Tiago Parrela

**Abílio Barreto é uma das referências culturais de BH**

Muita gente passa pelo local, mas não sabe que ali se encontra uma joia do patri-

mônio cultural de Minas Gerais. Encravado no coração de Belo Horizonte, o Museu Histó-

rico Abílio Barreto comemora seus 70 anos de atividades em 2013. Inaugurado em feverei-

ro de 1943, o museu preparou uma extensa programação durante todo este ano para comemorar a data, com diversas exposições, palestras e ações educativas. O museu possui área externa que reúne peças históricas e atrações como um bonde que circulava pelas ruas da cidade e é o único que restou da antiga frota.

Além da programação cultural, o Abílio Barreto abriga ainda um dos restaurantes mais charmosos de Belo Horizonte, o Café do Museu, que combina cultura e gastronomia. •

FUNCIONAMENTO

Exposições: terça, sexta, sábado e domingo, de 10h às 17h, quarta e quinta-feira, de 10h às 21h

Biblioteca: terça a sexta, de 9h às 11h e de 13 às 17h.

Loja do MHAB: terça a domingo, de 9h às 17h.

Café do Museu: terça a domingo, de 10h a 0h.

Área externa: terça, sexta, sábado e domingo, de 7h às 18h, quarta e quinta-feira, de 7h às 21h.

Av. Prudente de Moraes, 202 – Bairro Cidade Jardim Belo Horizonte

INFORMAÇÕES

(31) 3277-8573

COPA 2014

Venda de ingresso será em agosto

Adriano Boaventura

A menos de um ano da Copa de 2014 (12 de junho a 13 de julho), com a realização da Copa das Confederações, o brasileiro teve, agora, uma demonstração de como será uma das maiores competições esportivas do mundo. E aqueles que não puderam ver os principais craques do planeta em ação, ou querem vivenciar mais uma vez a magia do melhor futebol do mundo, terão a oportunidade, a partir do dia 20 de agosto, de comprar os ingressos para o mundial que será disputado no ano que vem.

A primeira fase de venda dos ingressos será realizada pela internet, quando os interessados poderão manifestar seu interesse pelas entradas. Posteriormente, será realizado um sorteio para definir quem tem direito ao primeiro lote dos bilhetes, que serão divididos em quatro categorias. Informações detalhadas sobre a venda serão divulgadas no site www.pt.fifa.com/world-cup/index.html.

Serão disponibilizados pouco mais de 3 milhões de ingressos, dos quais cerca de 300 mil serão destinados à categoria quatro. Esses bilhetes custarão aproximadamente 50 dólares e serão vendidos, prioritariamente, para estudantes, pessoas com 60 anos ou mais e beneficiários de programas sociais do Governo Federal. A meia-entrada será aplicada de acordo com a legislação das cidades-sede. A Fifa e os municípios que receberão os jogos poderão celebrar acordos para fornecer ingressos para pessoas portadores de deficiência. ●

Com informações
do UOL



O Mineirão, após a reforma, será um dos palcos da Copa de 2014

DIREITO DO CIDADÃO

Poder Judiciário se prepara para a Copa do Mundo

O Poder Judiciário já começou a se preparar para a Copa do Mundo de 2014 e teve, como experiência inicial, a Copa das Confederações 2013. Foi instalado, no dia 20 de fevereiro deste ano, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Fórum Nacional de Coordenação de Ações do Poder Judiciário para a Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014. O objetivo do fórum é a troca de experiências entre os órgãos do Judiciário e prevenir litígios que possam ocorrer em decorrência dos eventos esportivos.

O fórum é formado por magistrados da Justiça Estadual, Federal

e Trabalhista dos tribunais com jurisdição nas cidades onde serão realizados os jogos. O conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Bruno Dantas, que preside o órgão, adiante que o fórum vai trabalhar sem interferir na decisão judicial, para que o Judiciário decida com rapidez ações relacionadas com as obras de preparação para a Copa, e também para coibir a ocorrência de “greves oportunistas” e ilegais, preços abusivos praticados por hotéis, entre outros.

Os tribunais devem propiciar atendimento

Torcedor) e nos locais de grande aglomeração de pessoas (Juizados Itinerantes). Para permitir resposta rápida às demandas, especialmente as que envolvam estrangeiros, serão feitas parcerias com defensores públicos, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) instalou, durante os jogos da Copa das Confederações, um posto de atendimento no Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins) e no Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão), onde serão realizados os jogos em Belo Horizonte, para aten-

der ao público em suas demandas envolvendo direitos do consumidor, direitos do torcedor e da criança e adolescente.

As ações do Judiciário para a Copa das Confederações são coordenadas pelo juiz Rui de Almeida Magalhães, representante do Tribunal de Justiça de Minas Gerais junto ao Fórum Nacional de Coordenação das Ações do Poder Judiciário em Relação aos Preparativos da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, e pelo juiz Vicente Oliveira Silva, Coordenador dos Juizados Especiais da Comarca de Belo Horizonte. ●

COMPLETO

Novo ministro toma posse no STF

Felipe Sampaio/STF

**Ministro Luís Roberto Barroso**

Após a posse do novo ministro, Luís Roberto Barroso, ocorreu no dia 26 de junho, o Supremo Tribunal Federal está completo novamente, com 11 ministros. Quarta indicação da presidente Dilma Rousseff ao STF, Barroso foi aprovado pelo plenário do Senado Federal depois de sabatina de mais de 7 horas realizada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no dia 5 de junho.

Considerado um dos principais constitucionalistas do País, Luís Roberto Barroso teve atuação marcante no próprio STF, como advogado, em casos como o julgamento que liberou a união estável homoafetiva em 2011 e o do italiano Cesare Battisti.

Em entrevista à revista eletrônica Con-

sultor Jurídico, após sua nomeação, Barroso afirmou que não existe “um surto de ativismo judicial” em curso no País. Segundo ele, a quantidade de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo é ínfima e, mesmo em casos emblemáticos, o tribunal tem como característica a deferência ao Congresso Nacional.

PERFIL

O novo ministro do STF nasceu em Vassouras, no interior do Rio de Janeiro. É mestre pela Yale Law School e doutor pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde também é professor titular, e fez pós-doutorado na Universidade de Harvard. É autor de 11 livros sobre direito constitucional. ●

Sicoob Consórcios.
Unindo pessoas para realizar o seu sonho.

Ter o seu veículo novo ou usado ou realizar o sonho da casa própria agora ficou muito mais fácil. Isso porque o Sicoob acaba de adquirir a Ponta Administradora de Consórcios Ltda., uma empresa líder no segmento, com 40 anos de experiência. É o cooperativismo e a tradição juntos numa só marca – Sicoob Consórcios. Uma união que vai trazer segurança, liberdade de escolha e as melhores taxas para ajudar você a realizar o seu sonho.

Para saber mais, procure o Sicoob JUS-MP ou acesse www.sicoobjusmp.com.br

PA TJ RAJA
Av. Raja Gabaglia, 1.753 – 1ª Torre – 9º andar
Luxemburgo – Tel: (31) 3296.6974

SICOOBJUS-MP
Cooperativa de Crédito

Quvidoria Ponta Administradora: 0800 722 6555.
O Sicoob Consórcios é administrado pela Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

COMUNICAÇÃO

Veja os temas dos programas de TV da Amagis em junho

PENSAMENTO JURÍDICO



CRIMES DE TRÂNSITO

A falta de estrutura pode afetar os processos judiciais relativos a crimes de trânsito. Em 2012, Minas Gerais registrou 1.256 novas ações. A demora pode levar à prescrição dos crimes? O rigor da lei não está inibindo os infratores nem freando os abusos? A juíza Maria Isabel Fleck, da 1ª Vara Criminal de Belo Horizonte, foi convidada deste Pensamento Jurídico para responder a estas e outras questões.

O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES

O acesso à Justiça e a solução dos conflitos sociais são os principais desafios do Judiciário e da magistratura. Para debater esse tema, foram convidados os juízes Helvécio de Brito Maia e Océlio Nobre, presidente e o vice-presidente da Associação de Magistrados do Estado de Tocantins (Asmeto), respectivamente, analisando qual é o papel das associações de magistrados na permanente construção do Judiciário.

DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS

A Câmara dos Deputados aprovou projeto que modifica a Lei Antidrogas e prevê o aumento da pena para traficantes e a internação involuntária de dependentes químicos. No Pensamento Jurídico, o juiz Thiago Gandra, da 1ª Vara Criminal de Ipatinga, no Vale do Aço, analisou a proposta e a polêmica da descriminalização do uso de drogas. O juiz ainda comentou o impacto que isso ocasionará no sistema prisional e criminal brasileiro.

O BRASILEIRO E AS LEIS

Discutir o comportamento dos brasileiros perante a legislação do país também foi um dos temas do Pensamento Jurídico. Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 82% dos brasileiros consideram fácil desobedecer as leis do país. O cidadão conhece e respeita as normas legais ou as considera abusivas e desnecessárias? A juíza Edna Márcia Lopes Caetano, que atua na comarca de Santa Luzia, Região Metropolitana da Capital, comentou a pesquisa. ●

ASSISTA

TV Justiça

Canal 7, 117 ou 901
Sábado, às 18h30

TV Comunitária

Canal 6 ou 13
Sábado, às 20h30

VIA JUSTIÇA



CÓDIGO DOS CARTÓRIOS

Minas Gerais quer consolidar em um único código todas as normas para os cartórios no Estado. O novo conjunto de regras propõe melhorar o atendimento à população, dar celeridade nos procedimentos e proporcionar maior segurança jurídica. Para falar sobre o assunto, foram convidados o juiz corregedor do TJMG, Gilson Soares Lemes, e o responsável pelo Cartório do 4º Registro de Imóveis de Belo Horizonte, Francisco Rezende.

JUIZADOS ESPECIAIS

Segundo decisão da Terceira Turma do STJ, os Juizados Especiais são competentes para a execução de suas sentenças, independentemente do valor acrescido à condenação. No Via Justiça, as juízas Karen Lavoura, do Juizado Especial de Santa Luzia, e Fabiana Silva, cooperadora das Varas Cíveis de Santa Luzia, debatem e analisam a evolução dos Juizados Especiais no Brasil.

MUTIRÃO DO JÚRI

O Via Justiça também debateu o mutirão do júri realizado em Belo Horizonte, analisando os resultados obtidos, o tempo em que um acusado tem para ir a júri na Capital e o tempo de espera pelos julgamentos. Para discutir o assunto, foram convidadas a juíza Maria Luiza Rangel Pires, do 2º Tribunal do Júri, e a defensora pública criminal Cibele Maffia.

METAS JUDICIAIS NA ÁREA PENAL

O Via Justiça discutiu as metas para o Poder Judiciário estabelecidas pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). Para debater o assunto, foram convidados o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, coordenador executivo do Programa Novos Rumos, e o secretário de Defesa Social de Minas Gerais Rômulo Ferraz. Eles discutiram as metas da Enasp, que têm o objetivo de concluir as ações penais que tramitam no Brasil há mais de cinco anos. ●

ASSISTA

TV Assembleia

Canal 11
Sexta-Feira, às 23h

TV Comunitária

Canal 6 ou 901
Sábado, às 22h

TV Justiça

Canal 7, 117 ou 901
Sábado, às 15h30

POSSE

TJMG tem novos desembargadores

O TJMG conta agora com o trabalho e a experiência de mais dois desembargadores. O desembargador Sálvio Chaves (7ª Câmara Criminal) tomou posse no dia 7 de junho e a desembargadora Mariza de Melo Porto (11ª Câmara Cível), no dia 3 do mesmo mês. Ambos foram promovidos pelo Órgão Especial, em sessão realizada no dia 22 de maio.

TRAJETÓRIAS

SÁLVIO CHAVES

Natural de Monte Carmelo, no Alto Paranaíba, graduou-se pela Faculdade de Direito da UFMG, em 1988, e advogou por

oito anos antes de ingressar na magistratura, em 1996, quando substituiu nas Comarcas de Lagoa Santa e Santa Luzia. Posteriormente, atuou em Brumadinho, Peçanha, Muriaé e Belo Horizonte.

MARIZA PORTO

Natural de Patos de Minas, também no Alto Paranaíba, graduou-se em Direito pela UFMG e é especialista em Direito Processual Civil. Juíza desde 1989, passou pelas comarcas de Bicas, Diamantina, Ponte Nova, Barbacena e Belo Horizonte. De 2008 a 2012, foi juíza membro da Corte Eleitoral e ouvidora do TRE-MG, em 2005 e 2006. ●

Adriano Boaventura



Sálvio Chaves recebe Colar do Mérito

Georgia Baçvaroff



Mariza Porto após a posse

INTEGRAÇÃO

Dança de salão ganha adeptos

Adriano Boaventura



Ritmos de dança de salão são apreciados

As aulas de danças realizadas no Salão de Festa da Amagis caíram no gosto da magistratura e, hoje, conta com uma turma regular que se encontra todas as terças-feiras, às 19h30, para ensaiar passos de bolero, salsa e forró.

A atividade é uma iniciativa da diretoria da Associação, que, desde o início do ano, tem realizado ações de inte-

gração da classe e revitalização dos espaços da sede da Amagis.

As aulas são orientadas pelo professor Elbert Vinícius Fátima, da Academia Ponto da Dança. Os interessados em participar devem entrar em contato com Carolina pelo telefone 3079-3451 ou pelo e-mail carol@amagis.com.br e contribuir com uma taxa mensal de R\$ 50,00. ●

DIA DOS NAMORADOS

Juizado promove conciliação

Arquivo Pessoal



Número de acordos superou as expectativas

A 10ª Unidade do Juizado Cível de Belo Horizonte teve um dia diferente em sua rotina da promoção de conciliações. Por iniciativa da juíza Tânia Maria Elias Chain, no dia 12 de junho, Dia dos Namorados, as partes dos processos de conciliação - advogados, cidadãos e conciliadores - foram presenteados com um bombom e uma cópia do poema "Poemi-

nha Amoroso", de Cora Coralina. Os números apontaram resultados positivos: foram realizadas 34 audiências e, desse total, 22 resultaram em acordos. Segundo a juíza, são números expressivos em relação ao dia a dia do Juizado. "São com pequenas gentilezas que conseguimos nos aproximar do cidadão, que é a razão de ser do Judiciário", concluiu a juíza. ●

AMAGIS AMPLIA INTERLOCUÇÃO COM A CLASSE

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, lançou, no dia 21 de junho, o informativo especial "Prestando Contas" para ampliar a interlocução com os magistrados mineiros e apresentar as principais realizações da atual gestão.

Na primeira edição, o presidente fez um balanço das ações em defesa dos magistrados nos primeiros cinco meses de gestão.

MANUAIS DO TJ UNIFICAM PROCEDIMENTOS

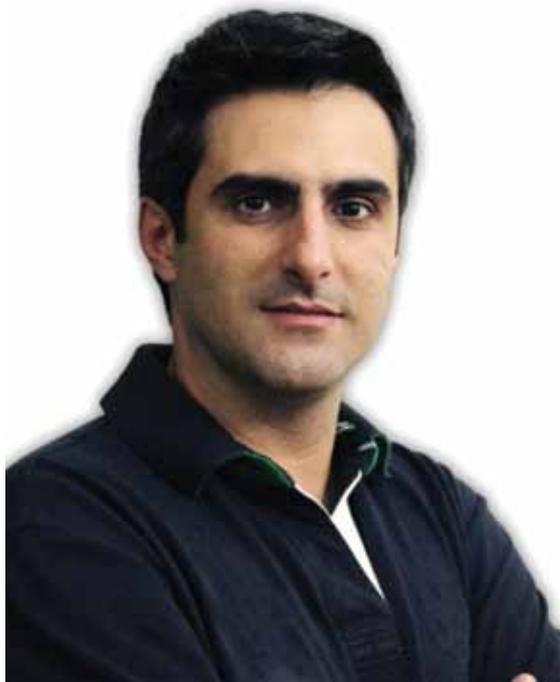
O TJMG concluiu, em junho, a elaboração do Manual de Normas e Procedimentos dos Cartórios de Câmaras Cíveis e o Manual de Normas e Procedimentos dos Cartórios de Câmaras Criminais.

Trata-se de ferramentas eletrônicas on-line que unificam os procedimentos por meio de orientações gerais e específicas aos servidores dos cartórios de Câmaras Cíveis e Criminais do Tribunal.

Os manuais catalogam todos os trâmites dos processos e fornece, detalhadamente, aos servidores dos Cartórios Cíveis e Criminais.

Com informações do TJMG

ENTREVISTA >> JUIZ THIAGO GRAZZIANE GANDRA



O juiz auxiliar da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Ipatinga, Thiago Grazziane Gandra, avalia as mudanças na Lei Antidrogas (2006) – aprovadas recentemente na Câmara dos Deputados e que aguardam apreciação do Senado Federal –, que preveem aumento de penas para traficantes e internação involuntária para usuário de drogas. Além disso, o juiz analisa o efeito do aumento das penas no sistema penal do país e aborda o polêmico tema da descriminalização do uso de drogas.

“

O aumento das penas para crimes hediondos não tem gerado nenhum efeito, no que tange à redução da criminalidade

Como o senhor avalia a proposta de aumento das penas para o tráfico de drogas?

Juridicamente, endurecer não é o caminho que tem nos dados as respostas que esperamos. A própria história da legislação brasileira comprova isso. Veja que o aumento das penas para crimes hediondos não tem gerado nenhum efeito, no que tange à redução da criminalidade. É cedo, para uma lei de 2006, achar que aumentar a pena do tráfico seria a solução para os problemas da criminalidade que vivenciamos.

As mudanças, se aprovadas, podem surtir efeito no sistema criminal e penal do país?

A situação do sistema carcerário é hoje gritante. As penitenciárias estão superlotadas e, evidentemente, o Executivo não consegue fazer o seu papel na proteção do cidadão, em relação à violência que reina. O Legislativo, propondo o aumento de penas e punições,

acaba gerando uma superpopulação do sistema prisional, que, quanto mais tempo o indivíduo tiver de cumprir a pena, mais tempo ele fica encarcerado. Isso tem caminhado na contramão do que tem se buscado hoje, até com o próprio projeto do TJMG (Novos Rumos), que é o das (Apacs) Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

Como o senhor avalia as medidas de internação involuntária?

O que eles trouxeram para essa nova lei foi algo que já existia numa legislação específica ao tratar do indivíduo com problemas psiquiátricos que necessitava de internação. Houve, anos atrás, um movimento para a desinternação (antimanicomial) desse paciente psiquiátrico, e, hoje, nós estamos querendo dar um passo atrás, fazendo, com o usuário de drogas, aquilo que já se percebeu que não funcionou. Acho que é um desacerto. O que a lei diz é a criação de três modalidades,

que é a internação voluntária, involuntária e compulsória. Com relação a isso, precisamos distinguir o usuário que foi judicializado e o que não foi. O primeiro é aquele que foi pego por uso de droga, em flagrante, e tem que responder a um processo criminal. O que defendo é que seja aplicada uma infração administrativa, como uma multa de trânsito. Agora, é inadmissível você permitir que faça isso com quem não foi preso em flagrante, podendo haver uma situação de arbitrariedade, que não é conveniente para o estado democrático de direito.

O que o senhor acha da descriminalização das drogas?

A criminalização do uso de drogas só gerou efeitos negativos. Existem inúmeros fatores que nos fazem pensar que criminalizar o consumo da droga seja desfavorável. No país, nós temos o consumo lícito de álcool e tabaco. Muitos dizem que a droga tira o indivíduo do seu

estado normal, mas, e o álcool, não tira? Quais os efeitos práticos que a proibição do uso de drogas nos trouxe? No plano econômico, o Estado gasta uma fortuna no combate ao tráfico, quanto mais ele se armar, o traficante também. O combate às drogas tornou o crime mais organizado e violento. No plano social, o que ocorre é o afastamento do usuário do sistema de saúde, criando um problema de saúde pública insolúvel, à exemplo da Cracolândia (região no centro de São Paulo conhecida pelo intenso tráfico e consumo do crack).

O senhor acredita que a descriminalização do uso das drogas aumentaria ou reduziria o número de usuários?

Quando pesquisamos os estudos empíricos realizados, tanto em países que descriminalizam a conduta, quanto da relação do indivíduo/ usuário com a legislação que ele está inserido, você verifica que não existe nenhuma relação entre essa situação. ●

”

No plano social, o que ocorre é o afastamento do usuário do sistema de saúde

O Legislativo, propondo o aumento de penas e punições, acaba gerando uma superpopulação do sistema prisional

Precisando?
Guarde
conosco!



moise



(31) 3332.3800 - 3332.4280
www.gegemudancas.com.br



GRIPE

Vacina contra H1N1 será produzida no Brasil

A vacina contra a gripe H1N1 terá produção 100% nacional. O anúncio foi feito no dia 18 de junho pelo Ministério da Saúde, e a medida foi possível graças à transferência tecnológica do laboratório francês Sanofi Pasteur para o Instituto Butantan, em São Paulo. Segundo informações do Ministério da Saúde, até o ano de 2015, o instituto atenderá a toda a demanda nacional de doses da vacina contra o vírus influenza.

A coordenadora de Doenças e Agravos Transmissíveis da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, Janaina Fonseca Almeida, destacou que a produção nacional da vacina deverá auxiliar a compra e a disponibilidade do insumo. “A tendência da influenza, inclusive do H1N1, é que o vírus continue circulando, porém em níveis cada vez mais baixos em razão das altas coberturas vacinais”, disse.

Segundo boletim divulgado pela Secretaria, nos primeiros seis meses deste ano, Minas Gerais já registrou 79 casos de H1N1, dos quais 18 óbitos registrados nos seguintes municípios: Alfenas, Alterosa, Andradas, Brasópolis, Brumadinho, Campos Gerais, Conquista, Curvelo, Extrema, Itapeva, Ribeirão das Neves, Sacramento, São Sebastião do Paraíso, Uberaba – que registrou três óbitos; e Belo Horizonte, com dois óbitos causados pelo H1N1.

TRANSMISSÃO

A doença é provocada pelo vírus H1N1 da influenza do tipo A. Ele é resultado da combinação de segmentos genéticos do vírus humano da gripe, do vírus da gripe aviária e do vírus da gripe suína. O período de incubação varia de 3 a 5 dias e a transmissão pode ocorrer antes de aparecerem os sintomas, em contato com pessoas, animais ou

objetos contaminados. Os sintomas são semelhantes aos causados pelos vírus de outras gripes. Febre alta (38°), dor muscular, dores de cabeça e garganta, além de dor nas articulações, irritação nos olhos, cansaço, coriza, tosse e outros. Em alguns casos, também podem ocorrer vômitos e diarreia.

Os sintomas da gripe comum são muito parecidos com aqueles causados pelo vírus H1N1, como febre, dor de cabeça, dor no corpo, irritação na garganta e cansaço. Mas no caso da gripe H1N1, esses sintomas aparecem de forma mais intensa. Enquanto na gripe comum, a febre costuma ser mais branda, já o infectado pelo vírus H1N1 apresenta febre alta, bem como dor de cabeça e cansaço intensos, tosse seca e contínua. A gripe causada pelo H1N1 também ocasiona falta de ar, o que é menos comum na outra gripe. ●

CUIDADOS

- * Lavar frequentemente as mãos com bastante água e sabão ou desinfetá-las com produtos à base de álcool;
- * Jogar fora os lenços descartáveis usados para cobrir a boca e o nariz, ao tossir ou espirrar;
- * Evitar aglomerações e o contato com pessoas doentes;
- * Não levar as mãos aos olhos, boca ou nariz depois de ter tocado em objetos de uso coletivo;
- * Não compartilhar copos, talheres ou objetos de uso pessoal;
- * Procurar assistência médica se surgirem sintomas que possam ser confundidos com os da infecção pelo vírus da influenza tipo A.

NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Belo Horizonte	Fisioterapia	Andrea Trindade Fisioterapia Ltda	Rua Rio Grande Do Sul, 1040, Salas 19 e 20, Santo Agostinho	(31) 2516-0339
	Reumatologia	Dra. Anna Carolina Faria Moreira Gomes Tavares	Rua dos Otoni, 909, Sala 710, Santa Efigênia	(31) 3226-7832
Betim	Dermatologia	Dra. Tissiani Gomes Oliveira Batista	Av. Gov. Valadares, 454, 3º Andar, Centro	(31) 2571-3800
Juiz de Fora	Cardiologia	Dr. Raimundo Lelis Filho	Rua Padre Café, 740, 4º Andar, São Mateus	(32) 2101-8804
	Cardiologia e Nefrologia	Dr. Marcelo Oliveira Abi-Zaid	Av. Barão do Rio Branco, 2001, Sala 1204, Centro	(32) 3241-6284 (32) 3216-2883
Mantena	Dermatologia	Dra. Tissiani Gomes Oliveira Batista	Rua Sete de Setembro, 520 Centro	(33) 3241-2197
Montes Claros	Patologia Clínica	Laboratório Santa Clara	Praça Dr. Carlos Versiane, 11, Centro	(38) 3221-4899 (38) 3218-4600
Uberlândia	Psicologia	Carolina Cardoso Junqueira Freitas	Av. Cesário Alvim, 818, Sala 212, Centro	(34) 9976-8083 (34) 9679-7779

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José de Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelmo Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

ANS

Mudanças estatutárias beneficiarão usuários do Amagis Saúde

O Conselho Gestor do Amagis Saúde reuniu-se, no dia 3 de junho, para revisar o regulamento do plano de saúde da magistratura mineira, conforme orientações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Na ocasião, foram feitas a inclusão de algumas regras que padronizam o texto do regulamento e atualizam o rol de procedimentos e eventos em saúde exigidos pela ANS. O estudo do regimento foi feito com o apoio jurídico da Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária e Plural Soluções Estratégicas em Saúde Suplementar.

CARTEIRAS DA UNIMED

O Amagis Saúde iniciou, no dia 21 de junho, o envio aos associados das novas carteiras da Unimed, com vigência a partir de 1º de julho de 2013. As atuais terão sua validade expirada a partir da data de vigência das novas carteiras. A Associação orienta os usuários, pelo conjunto de facilidades e atendimento personalizado, a utilizarem preferen-

Adriano Boaventura



Conselho Gestor de Saúde avaliou as mudanças necessárias no estatuto

cialmente a rede do Amagis Saúde, apresentando sua carteira do plano de saúde da magistratura.

O Amagis Saúde possui uma rede de aproximadamente 1.973 credenciados, entre médicos, psicólogos, hospitais, laboratórios e clínicas, dos quais 986 atendem em Belo Horizonte e 987, no interior de Minas Gerais, para um público de apenas 6 mil associados. Além de oferecer uma extensa rede de credenciados,

possui um atendimento personalizado com funcionários que trabalham na Associação há anos e conhecem os usuários, fazendo com

que toda a parte burocrática seja realizada com mais rapidez, eficiência e cortesia.

Em caso de dúvidas, ou necessite

alguma orientação, o usuário do plano pode entrar em contato com o Amagis Saúde pelo número (31) 3079-3479. ●



Uso do Amagis Saúde gera economia aos usuários do plano